

Reflexões etnográficas sobre a política de preservação das congadas mineiras, mobilização da base social, elaboração de diálogos entre agentes e detentores, apropriação dos conceitos institucionais, e conflitos em duas cidades do centro-oeste mineiro¹.

Francimário Vito dos Santos (UNIFOR/MG)

As congadas são manifestações afro-brasileiras que compõem os festejos de N. Sra. do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, costumes herdados dos negros africanos. Essas homenagens se dão em forma de bailados, músicas e pagamentos de promessas em devoção aos santos protetores. Tais práticas culturais podem ser encontradas em várias regiões do Brasil e remetem aos costumes dos povos europeus e africanos aqui trazidos no período da colonização. Desde o ano de 2012 encontra-se em curso pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/MG, a pesquisa de Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, cuja produção de conhecimento visa o embasamento do Pedido de Registro das congadas mineiras, e que culminará com o título de patrimônio cultural imaterial do Brasil. Embora o contexto de pesquisa abranja todas as regiões do estado, o que torna complexo o processo de apreensão da manifestação do ponto de vista conceitual e territorial, as notas etnográficas, aqui presentes, dizem respeito apenas a dois municípios do centro-oeste mineiro, Santo Antônio do Monte e Araújos. Nesse artigo, as discussões são pautadas a partir de observações participantes realizadas durante os primeiros diálogos realizados entre os agentes do estado, detentores e poder público local. Além disso, também faz parte da reflexão algumas observações que realizei a partir de pesquisas exploratórias durante as festas de reinado de Nossa Senhora do Rosário nas duas localidades. Diante do exposto reflito sobre a construção da política de patrimonialização específica para os festejos em homenagem à Virgem do Rosário, tendo como ponto de partida o acompanhamento sistemático da construção de diálogos entre agentes públicos e detentores, que tem como foco a construção conjunta de ações de salvaguarda, que representem os anseios expressos pela comunidade. É de igual interesse refletir sobre a condução do processo de mobilização da base social, sobretudo como os atores envolvidos absorvem determinados conceitos institucionais da política de preservação da cultural imaterial, e deles se apropriam. Por último, trago algumas reflexões acerca dos conflitos e/ou tensões, percebidos nas falas de alguns congadeiros, decorrentes do momento que o poder público municipal passa a conduzir a organização de práticas ditas tradicionais, antes organizadas pelo povo, como é o caso da festa de reinado da cidade de Araújos.

Palavras-chave: Congadas. Políticas Públicas Culturais. Espetacularização.

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

Introdução

Apresento aqui, de modo resumido e inconcluso, algumas reflexões sobre a construção da política de preservação das congadas mineiras, cujo objetivo é reconhecer o conjunto de práticas tradicionais festivas e devocionais como patrimônio cultural do Brasil. A ênfase recai sobre as vivências de campo realizadas durante as interlocuções dos técnicos do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, recentemente transformado em Secretaria -, com os congadeiros e a comunidade de Santo Antônio do Monte/MG, no centro-oeste mineiro. Paralelamente introduzo algumas questões que considero cruciais a respeito das congadas da cidade de Araújos, situada na mesma região, resultado de uma pesquisa de campo exploratória realizada em agosto de 2015, durante as festividades do reinado de Nossa Senhora do Rosário. Nesse sentido entendo como necessário articular os seguintes temas: mobilização da base social; elaboração de diálogos entre agentes do IPHAN e detentores; apropriação de conceitos institucionais; a temporalidade do estado racional e o tempo apreendido pelas culturas populares, e a espetacularização das congadas visando a “lógica profana da mais-valia” (CARVALHO, 2010).

Diante do exposto reflito sobre a construção da política de patrimonialização específica para os festejos em homenagem à virgem do Rosário, tendo como ponto de partida o acompanhamento sistemático da construção de diálogos entre agentes públicos e detentores, que tem como foco a construção conjunta de ações de salvaguarda que representem os anseios expressos pela comunidade. É de igual interesse refletir sobre a condução do processo de mobilização da base social, sobretudo como os atores envolvidos absorvem determinados conceitos institucionais da política de preservação da cultural imaterial, e deles se apropriam. Por último, não menos importantes, trago algumas reflexões acerca dos conflitos e/ou tensões, percebidos nas falas de alguns congadeiros, decorrentes do momento que o poder público municipal passa a conduzir a organização de práticas ditas tradicionais, antes organizadas pelo povo, como é o caso da festa de reinado da cidade de Araújos. Discuto ainda, mesmo que de forma preliminar, algumas reflexões sobre a descontinuidade do processo, resultado do desmonte institucional do Ministério da Cultura e conseqüentemente do IPHAN em decorrência da atual conjuntura política do país.

O culto em louvor a Nossa Senhora do Rosário é antigo e antecede ao período da colonização portuguesa no Brasil. Em território brasileiro, os congados são manifestações artísticas e religiosas, cujas homenagens são recorrentes à Virgem do Rosário e São Benedito. No entanto, outros santos consagrados pela Igreja Católica são inseridos nos festejos como, por exemplo, Santa Efigênia, Divino Espírito Santo, Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio e outros. É na região sudeste, mais precisamente no estado de Minas Gerais, onde há uma maior ocorrência dos festejos. Tanta expressividade contribuiu para que fosse dado início pelo Ministério da Cultura, através do IPHAN, o processo de produção de conhecimento com o objetivo de fundamentar o seu Pedido de Registro. No centro-oeste mineiro, os festejos recebem o nome de “reinado”, em outras regiões são conhecidos por “congadas” e “congados”, noutras por “catupé”, e, ainda, como “moçambique”. Essa pluralidade de termos sinaliza para a existência de um campo de pesquisa diverso e complexo do ponto de vista etnográfico e analítico.

Mesmo que o intuito da discussão não trace um apanhado de ideias sobre as origens do folguedo, haja vista que o interesse maior é compreendê-lo a partir de uma perspectiva processual, portanto, antropológica, penso que, em termos introdutórios, seja interessante trazer alguns dados a esse respeito. Alguns estudiosos do folclore também contribuem na tentativa de estabelecer marcos temporal e territorial a respeito dos cultos e festividades em homenagens aos santos negros. Para Cascudo (2010) trata-se de um folguedo de formação afro-brasileira, em que se destacam as tradições históricas, os usos e costumes tribais de Angola e do Congo, com influências ibéricas, no que diz respeito à religiosidade. “Especificamente, como vemos e lemos no Brasil, nunca esses autos existiram no território africano” (CASCUDO, 2010. p. 150).

Fato esse também percebido pela pesquisadora Eloisa Borges em sua pesquisa de mestrado sobre o reinado em Santo Antônio do Monte. “O congado tem como principais elementos constitutivos as cerimônias de coroamento de reis negros, perpétuos e festeiros, os cortejos processionais, as danças e cantigas” (BORGES, 1997. p. 12). Supostamente, três motivos contribuíram para o processo de fragmentação da totalidade das congadas: transformações histórica, econômica, social e política; a morte dos velhos congadeiros e a perseguição implacável da Igreja Católica, destaca a autora.

Em meados do século XX, há no Brasil algumas ações que visam ao registro das práticas culturais criadas pelo povo em todo seu território. Entram em cena os chamados folcloristas. Algumas críticas que se costumam tecer acerca dos textos folclóricos dizem respeito à busca por elementos capazes de definir as origens e, conseqüentemente, à

autenticidade das práticas culturais. Segundo Vilhena (1997), as contribuições dos folcloristas foram cruciais para a definição de um discurso político ideal. Assim, foi possível estabelecer um ideário de nacionalidade brasileira ou “cultura brasileira”. Para alguns pesquisadores, resguardadas as devidas limitações, os resultados desses estudos apresentavam “uma visão simplificadora da realidade, que, muitas vezes, perdia a dimensão e sua riqueza” (COSTA, 2012. p. 65).

Assim como Rabaçal (1976), por enxergar a complexidade das manifestações populares em torno de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, optou por nomeá-las de “Congos, Congados e Congadas”, com o objetivo de compreendê-las na sua pluralidade, optei por usar o termo “reinado”, por levar em consideração que nos contextos de pesquisas os quais apresento no artigo – Santo Antônio do Monte e Araújos – é recorrente o uso da referida terminologia pelos moradores para a definição desse momento festivo, que acontece anualmente na segunda quinzena do mês de agosto.

Para Costa (2012), que pesquisou as congadas em Serra do Salitre, na região do Alto Parnaíba/MG, os congados representam a aparição de Nossa Senhora do Rosário o que estruturou as comemorações atualmente marcadas pela participação dos ternos. “É o evento mítico situado no tempo do cativo, e que a partir dele foi instaurado um *reinado* idealmente responsável pela conformação da festa como um todo” (COSTA, 2012. 67). Portanto, assegura a autora, “o *reinado*, garante que a festa seja realizada com muita alegria, dança, cantoria e comida” (Idem). Além disso, a festa de reinado é composta por reis perpétuos, reis congos, festeiros, mordomos e ternos compostos pelos congadeiros.

O termo *reinado* carece de uma reflexão pormenorizada, uma vez que se estrutura a partir de uma complexa rede de significados que interligam o plano das crenças religiosas à vida cotidiana dos congadeiros, reis, festeiros e devotos dos santos padroeiros. O *reinado* comporta uma gama de ritos: ritual de levantamento dos mastros, coroação de reis e rainhas, pagamento de promessas, cortejos e procissões, missa conga e outras formas de homenagens aos santos.

Para entender a amplitude simbólica do *reinado* e o lugar do culto à Virgem do Rosário nesse festejo religioso, que é o ritual de coroamento de reis e rainhas, Vilarino (2014), com base na fala da rainha conga de Minas Gerais sobre a função de uma coroa nos ritos congadeiros, faz a seguinte ressalva: “A coroa é a confirmação da presença da força protetora da santa junto àquele rei/rainhas coroados” (VILARINO, 2014. p. 100).

Outra função, não menos importante que se percebe no contexto do *reinado*, além do culto à santa e demais rituais que os envolve, é o fato de promover entre os ternos

(grupos de dançadores), sobretudo, aqueles compostos por negros, a noção de pertencimento aos ancestrais escravos. Assim, é possível perceber que o *reinado* “esteve [e está] diretamente associado à escravidão, é uma manifestação religiosa em que seus praticantes rememoram aquele tempo através de seus rituais” (VILARINO, 2014. p. 97). A fina observação etnográfica sobre as “festas dos pretos” associada aos relatos colhidos “parecem associar Nossa Senhora do Rosário à Liberdade e São Benedito ao cativo” (COSTA, 2012. p. 54). Elementos que forçam a postura de seriedade, devoção e respeito adotada pelos congadeiros durante os dias de *reinado*.

Assim, após rápida introdução acerca das manifestações festivas em homenagem aos santos padroeiros, o objetivo do artigo é trazer algumas reflexões acerca do processo de patrimonialização e a diversidade de ritos em louvor a virgem do Rosário, com destaque para a festas de *reinado* em Santo Antônio do Monte e Araújos, sobretudo, no que diz respeito à sua organização. Para isso, trago como exemplo empírico a realidade de Araújos, onde a presença do poder público municipal é massiva tanto na estrutura como na organização da festa; enquanto que, no primeiro a organização, implementação e estrutura do evento ficam a cargo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, junto aos congadeiros e comunidade. De modo que torna-se possível observar as implicações que ocorrem, quando o estado passa a comandar festejos de origem popular. Interessa-nos, também, compreender os processos de construção da política, tendo como foco a mobilização da base social (comunidade e detentores), as parcerias entre os setores públicos e privados, e a construção de diálogos envolvendo os detentores e a comunidade.

A noção de *raiz* e o período extracotidiano imposto pelas festividades de reinado

Para dar mais consistência à discussão, peço emprestado a Costa (2012) o termo *terno de raiz*, usado por ela, a partir dos discursos dos congadeiros locais, para pensar meu contexto de pesquisa. “*Terno de raiz* ou *terno legítimo* é aquele que mantém as características informadas pela tradição” (COSTA, 2012. p. 127). Nesse sentido, é possível perceber que os ternos de Moçambiques, podem ser pensados a partir da referida categoria.

Segundo a tradição, os antigos escravos dançadores do Moçambique eram exclusivamente pessoas mais velhas (os pretos-velhos) que dançavam em círculos vestiam saia, e usavam moringas nos calcanhares e joelhos – chocalhos feitos de cabaça. Costuma-se seguir as cores tradicionais do estilo – branco, azul e rosa em homenagem à Nossa Senhora do Rosário (COSTA, 2014. p. 132-135).

Em Santo Antônio do Monte, contexto etnográfico das minhas observações, há vinte e três ternos de congadas, destes apenas três são ternos de Moçambiques, e apenas um, terno de Vilão². Como observa Costa (2012), o Vilão possui uma *performance* própria mais ligada à dança do que às músicas.

No que se refere aos ternos de Moçambiques existentes na cidade, apenas dois trajam vestes que representam tradicionalmente as cores usadas por Nossa Senhora, elementos que segundo Costa (2012), podem se caracterizar como terno de *raiz*, ideia defendida pelos Moçambiques de Serra do Salitre. O outro grupo, chamado de Moçambique São Benedito, seus dançadores estão caracterizados com as cores do santo, ou seja, branco amarelo, marrom e branca³.

Em contrapartida, o terno os “Canarinhos da Serra”, descrito pela referida autora, se distancia do conceito de *raiz*, enfatizado pelos dançadores dos ternos de Moçambiques e do Vilão, sobretudo, a partir do uso de elementos performáticos. Desse modo, “a batida forte e o vestário inovador, sobretudo, das dançarinas, procuram mais chamar a atenção e, assim, se sobrepor aos outros ternos, do que corresponder ao estilo legítimo” (COSTA, 2012. p. 142).

No que diz respeito aos outros dezenove ternos de congadas existentes na cidade, pode-se estabelecer uma relação de aproximação de estilo entre os ternos Beija-Flor e Cateretê da Serra de Salitres, o que nas palavras de Costa (2012) “são desvinculados da tradição, e são mais permissivos quanto às regras, pois trazem apenas meninas entre suas integrantes, além de capitãs” (COSTA, 2012. p. 143). É o caso dos ternos Congada Filhas de Maria e Congada Meninas do Rosário, até onde pude observar.

A diversidade dos ritos festivos e devocionais que mesclam elementos religiosos afro-brasileiros e católicos, praticados anualmente em todas as regiões mineiras, a partir de um calendário tradicional, e a noção de pertencimento e fortalecimento dos grupos que através da cultura reafirmam os vínculos com seus ancestrais negros escravos, tudo isso, associado ao caráter festivo que dá um atributo extracotidiano às cidades e comunidades rurais durante os dias de louvores, são evidências que chamam a atenção do Estado

² Este, além de possuir alguns instrumentos musicais como tambores sanfonas, o que chama a atenção são os bastões ou *varinhas* – termo comumente falado pelas pessoas da cidade - enfeitados com fitas coloridas, e o fato de seus dançadores portarem chapéus semelhantes aos que são usados pelos militares.

³ “As imagens de São Benedito presentes na Serra de Salitre e na região como um todo, além de representá-lo como negro, e vestindo uma roupa franciscana marrom, o que tornou essa cor, junto ao amarelo, representativa do santo nas festas em sua homenagem” (COSTA, 2012. p. 60).

brasileiro para viabilizar políticas públicas de salvaguarda que assegurem sua manutenção e reforcem o valor simbólico e material perante os detentores.

As políticas públicas de cultura no âmbito da preservação do patrimônio imaterial e processo de mobilização da base social

Ficam evidentes, com base nas reflexões acima, que as manifestações que fundamentam os ritos festivos em louvor aos “santos pretos”, além de demarcarem um momento especial que rompe com a vida cotidiana, propiciam que os sujeitos devotos possam revisitar as memórias afetivas de tempos antigos e ressignificá-las. Memórias essas que são reforçadas de tempos em tempos, durante as festividades, e contribuem para o fortalecimento da identidade negra dos grupos. As cantigas, danças, adereços, instrumentos e tantos outros elementos ritualísticos que compõem o folguedo são cruciais para que os congadeiros acessem as memórias do cativo vivido pelos seus ancestrais, e passem a ressignificá-las através de uma postura de resistência e de lutas. Isso os torna sujeitos autônomos e politicamente conscientes de suas condições de exclusão.

O fato de os congadeiros estarem imbuídos desses sentimentos de resistência e luta, foi crucial e serviu de ponto de partida para o início das primeiras ações de mobilização com vistas a salvaguardar as festividades que acontecem no estado de Minas Gerais, em torno da devoção dos negros à virgem do Rosário. Esforços coletivos de detentores, base social, poderes públicos locais e entidades representativas (associações e irmandades)⁴, fizeram chegar ao IPHAN, um documento solicitando o Pedido de Registro das congadas mineiras. A partir daí o órgão deu início às pesquisas de mapeamento e identificação através do uso de metodologia própria, o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, que tem como objetivo juntar evidências possíveis para embasar a referida política de proteção. É interessante, nesse caso, destacar o caráter coletivo das ações de solicitação de Pedido de Registro. “As propostas de Registro devem ser necessariamente coletivas, envolvendo, sempre que possível, a representação dos detentores dos bens em questão” (IPHAN, 2010. p. 23). Isso significa que o caráter

⁴ Em 2008 foi encaminhado, ao Presidente do IPHAN, ofício do Prefeito Municipal de Uberlândia solicitando o reconhecimento das *Congadas de Minas* como Patrimônio Cultural do Brasil. Esta solicitação foi acompanhada de cartas de apoio dos municípios de Uberaba, Campos Altos, Ibiá, Frutal e Monte Alegre de Minas, e da Associação dos Congos e Moçambiques Nossa Senhora do Rosário de Ibiá, que reiteram a importância desta expressão religiosa e cultural no estado. Após uma série de deliberações junto à prefeitura de Uberlândia e internos ao Iphan, em 2011 foi enviada cópia do processo de Registro das *Congadas de Minas* para a Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, que a partir de então ficou responsável pelas pesquisas e encaminhamentos necessários à instrução do referido processo. Em julho de 2012 o Iphan MG iniciou os trabalhos de inventariamento das Congadas de Minas, utilizando a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais.

coletivo do pedido, junto ao caráter descentralizador da instrução do processo e o caráter transitório da inscrição formam as características que diferem o Registro do Tombamento. De modo que “a melhor política cultural será sempre aquela que melhor assumir e potencializar todo esse imenso cabedal de recursos humanos” (VANNUCCHI, 1999. p. 90).

Para Vannucchi (1999), entende-se por política cultural todo o conjunto das grandes linhas pelas quais o Estado regula sua ação no campo da cultura. No que se refere ao processo de patrimonialização das manifestações culturais esse reconhecimento possui bases legais no Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2001, que institui o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências” (BRASIL, 2000). Ação essa que segundo Laurent Lévi-Strauss sinaliza que “o Brasil tomou iniciativa notável” (2001. p. 23). Sobretudo, porque, durante muito tempo, o estudo e a salvaguarda das formas de patrimônio cultural imaterial, “em particular aquelas ligadas à vida cotidiana e às culturas populares, serem vistas como primos pobres das políticas de conservação do patrimônio, se comparadas com os meios e esforços consagrados às obras de artes e aos monumentos” (LÉVI-STRAUSS, 2001. p. 23).

Não resta a menor dúvida sobre a importância de tal instrumento jurídico nas ações de implementação e fortalecimento das manifestações populares existentes no Brasil, em particular, aquelas cujos detentores têm um significativo legado na formação da identidade de brasilidade, como os povos originários, a saber, indígenas e afro-brasileiros, culturas e formas de vidas que, por muitos anos, foram deixadas de escanteio pelo Estado.

Para compreender a complexa história da política cultural brasileira, incluindo os processos de estagnação, descasos políticos, falta de investimentos e tantos outros, Rubim (2010) dá algumas pistas. Para ele, a área de cultura enquanto uma política de estado brasileiro, é marcada por ‘tristes tradições’: “ausência, autoritarismo e descontinuidade” (RUBIM, 2015 p. 11).

Não me interessa, no momento, realizar um apanhado de ações políticas com base nas três tradições. De acordo com Rubim (2015), o governo Dilma, no que se refere às ações de políticas culturais tem sido marcado por “descontinuidades”. Os dois anos de experiência atuando como consultor da UNESCO, realizando atividades específicas no Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI/IPHAN, permitiram-me acompanhar a saga que é a descontinuidade de ações já em andamento, sobretudo, por restrições de recursos financeiros. Na maioria das vezes, os técnicos já têm ido à localidade, iniciado um

processo de mobilização e diálogo junto aos grupos, além de comprometerem-se moralmente com a continuidade das ações. De repente, de uma hora para outra, vem a informação via chefia imediata de que os recursos destinados ao projeto em andamento foram suspensos, porque o Ministério da Cultura foi atingido com cortes de gastos. Outros casos de descontinuidade de ações dependiam, para assim prosseguir, de suas aprovações no orçamento do ano seguinte.

Enfim, os projetos são paralisados e todo um trabalho realizado como os detentores é interrompido, ocasionando entre os integrantes do grupo um sentimento de frustração e descrédito. Foi o que aconteceu às ações do projeto de Pedido de Registro das Congas mineiras, sobretudo, no que tange aos diálogos já em estágio bastante adiantado entre os congadeiros, lideranças políticas municipais e o IPHAN. E se agravado com o desmonte institucional do Ministério da Cultura.

Não é meu propósito nesse artigo fazer um apanhado dos diversos momentos históricos da política cultural brasileira, mas pontuar algumas ações, sobretudo no âmbito da preservação do patrimônio imaterial, a partir do referido decreto. Nesse sentido, direciono meus esforços para análise de algumas ações que marcam um contexto antes e outro depois das “Políticas Culturais no Governo Lula” (Rubim, 2010).

Embora o instrumento jurídico que salvaguarda os bens culturais de natureza imaterial tenha sido sancionado, ainda nas gestões do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e do Ministro da Cultura Francisco Weffort, com saldo dos bens registrados⁵, o período de 2003 a 2011, que corresponde às duas gestões do Presidente Lula, que teve como Ministro da Cultura, na primeira gestão Gilberto Gil, e no segundo mandato, o ministro Juca Ferreira, foi definitivamente decisivo para a consolidação e implementação da política de salvaguarda dos bens imateriais. Foi possível perceber que o período contabilizou o Registro de 21 (vinte e um) bens, distribuídos em todas as regiões do país, e inscritos nos quatro livros⁶.

Diante do quadro de avanços das ações de preservação da política, é crucial fazer um apanhado das transformações, sobretudo, no que se refere às lutas e demandas impostas pelos movimentos sociais. Como bem frisa Soto *et al* (2010) nos governos democráticos representativos, os direitos políticos dos cidadãos incluem a possibilidade

⁵ Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, inscrito no Livro de Registro dos Saberes (20/12/2012), e a Arte Kusiwa – Pinturas Corporais e Arte Gráfica Wajãpi, inscrita no Livro de Registro Formas de Expressão do IPHAN, na mesma data.

⁶ Informações disponíveis no site <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228>.

de participar das decisões governamentais (SOTO *et al*, 2010. p. 26). A autora refere-se ao mecanismo democrático denominado participação social, ou como se costuma falar no dia a dia das ações de salvaguarda de patrimônio imaterial do IPHAN: mobilização da base social, de modo que o diálogo com a sociedade permitiu enfrentar os autoritarismos, enfatiza Rubim (2015). Para melhor elucidar a ideia de participação social nos processos de decisão política do governo Lula, é preciso ir ao cerne da questão: “as lutas sociais e o processo de organização popular no final da década de 1980, assim como as ações da Secretária de Cultura de São Paulo Marilena Chauí, que institui o conceito de Cidadania Cultural, apregoando a cultural como um direito do cidadão” (BEZERRA E WEYNE, 2013. p. 06).

Estavam, portanto, plantadas as bases que viriam a ser o modelo de política cultural do futuro governo nacional petista, a partir de 2003, acrescenta SOTO *et al* (2010). Em seu discurso de posse, o Ministro Gilberto Gil (2003) deixa evidente o “início de uma nova fase na política cultural do país”, no sentido antropológico, com a preocupação em “revelar os brasis”, suas múltiplas manifestações culturais, e na retomada do papel ativo do Estado na formulação de políticas culturais, procurando, sobretudo, estabelecer diálogos e compartilhar com a sociedade brasileira a revisão, formulação e execução das políticas públicas de cultura. Nesse sentido, a cultura, pela primeira vez na história do país, passou a ser vista como importante ferramenta de inclusão, cidadania e desenvolvimento. A democratização e acesso aos bens culturais decorrentes da implementação dessas mudanças podem ser percebidas em diversas áreas no campo institucional das políticas culturais. No âmbito das políticas de preservação da cultura imaterial é possível perceber inúmeras ações, sobretudo, no que tange ao reconhecimento de práticas culturais produzidas por populações até então desmerecidas pelo Estado como grupos indígenas e afrodescendentes, cuja importância é fundamental para formação da identidade brasileira⁷.

O primeiro contato estabelecido entre os congadeiros de Santo Antônio do Monte e o IPHAN se deu em agosto de 2014, por ocasião de uma reunião realizada entre os representantes da empresa terceirizada responsável pela coleta de dados para compor a primeira fase do INRC. Na ocasião, fui convidado pelo presidente da Irmandade de Nossa

⁷ Para que tais ações atingissem de forma democrática os mais diversos grupos localizados no interior do país, foram necessárias medidas de reestruturação dos órgãos de cultura. Foi quando, pela primeira vez na história do IPHAN, houve concurso destinado a contratação de técnicos especializados em diversas áreas do conhecimento.

Senhora do Rosário a estar presente. A pesquisadora apresentou o projeto, expôs os objetivos, falou sobre a atuação do IPHAN, em seguida, abriu a sessão para perguntas e questionamentos dos congadeiros. As perguntas giraram em torno das interferências do órgão sobre o reinado, desde a imposição de mudanças a recursos financeiros. Após o término da reunião, orientei o presidente da Irmandade a encaminhar um ofício à Superintendência do órgão no Estado de Minas Gerais, solicitando a visita de um técnico para prestar mais esclarecimentos sobre o projeto.

Um ofício em resposta chegou à Irmandade confirmando a reunião para novembro de 2014. Próximo à data acertada, o compromisso foi desmarcado sob a alegação de problemas técnicos burocráticos. No mês de março, o ofício foi refeito, e eu fui à Superintendência do IPHAN entregá-lo, pois o objetivo era que a referida reunião ocorresse antes das festividades do reinado, que acontecem entre os meses de julho e agosto. Em resposta à solicitação, o órgão agendou uma visita para os dias 10 e 11 de junho. De fato, o primeiro diálogo entre o técnico e os detentores aconteceu na sede da Irmandade. Na ocasião, o servidor destacou tópicos importantes, como o papel do IPHAN durante e após um processo de Pedido de Registro, deixando explícito que em nenhum momento o órgão interferiria nas dinâmicas das congadas nem na organização do reinado; nem o fato de um bem cultural ser reconhecido com patrimônio cultural em nível nacional implicaria no recebimento de recursos financeiros oriundos do governo. A posição do órgão é de prover políticas públicas de culturas visando à manutenção do bem.

No dia seguinte, o técnico reuniu-se com o prefeito, a secretária de Educação e Cultura, e o presidente da Irmandade. Apresentou-se o projeto e a justificativa pela qual as congadas da cidade tinham sido escolhidas para uma pesquisa mais detalhada. Entre os 332 municípios que mantinham vivas as festividades em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, Santo Antônio do Monte estava incluso, e que o passo seguinte das pesquisas seria a realização de Encontros Regionais de congadeiros, em cidades polo, com a presença de pelo menos dois integrantes de cada congada. Imediatamente, o prefeito sugeriu que o evento fosse sediado na cidade, e justificou seu interesse oferecendo o prédio do SETUC (Secretaria de Educação Turismo e Cultura), para a realização do evento, além de outras parcerias. Justificou ainda, como forma de enfatizar a grandiosidade do reinado perante a região, que várias congadas de cidades vizinhas vêm para a cidade na época dos festejos. O técnico ouviu as propostas e ficou de analisar junto ao superintendente, e que, posteriormente, daria uma resposta.

No dia 13 de agosto de 2015, portanto, em pleno *reinado*, o técnico do IPHAN retornou à cidade para comunicar ao prefeito que o município seria uma das cidades a sediar um dos Encontros Regionais de congadeiros⁸. Enfim, de acordo com o técnico, o calendário dos encontros estava previsto para acontecer entre os meses de novembro de 2015 e fevereiro de 2016, no entanto, até o momento tais ações ainda não foram executadas. O que se sabe é que, enquanto o orçamento da União, referente ao ano letivo de 2016 não for aprovada, não há expectativas quanto à continuidade das ações do projeto. O cenário que pareceria estar fluindo do ponto de vista da construção de diálogos e mobilização da base social sofreu uma interrupção. O que só reforça de forma direta e contundente a realidade de descontinuidade que se instalou na gestão do governo Dilma.

Apropriação dos conceitos institucionais e descontinuidade da política

Desde 2013 acompanho de perto, inicialmente como integrante da comunidade, depois como agente mediador, da construção do processo de diálogo entre os congadeiros e o IPHAN, no que diz respeito a elaboração de uma agenda conjunta para implementação da política de patrimonialização das congadas mineiras, cujo objetivo seria o reconhecimento da prática como patrimônio cultural dos brasileiros. No período de 2014 a 2015, os agentes do Estado estiveram em contato direto com os congadeiros de Santo Antônio do Monte, por duas vezes, o suficiente para que se percebesse a apropriação de alguns conceitos institucionais, não somente por parte dos detentores, mas também pela comunidade. Assim, termos que eram difusos e até desconhecidos como “Tombamento” e “Registro” passaram não somente a ser discutidos, mas diferenciados pelos detentores, e inclusive começaram a pronunciar a sigla I-P-H-A-N. Antes, toda forma de proteção de bens culturais por parte do poder público, na visão deles, se resumia ao Tombamento. Durante algumas participações em reuniões da irmandade, pude observar o engajamento dos representantes dos grupos de congadas em colaborar com o processo acima descrito, que tomava corpo a partir do discurso de empoderamento, e o interesse de querer se informar mais sobre o funcionamento da política. Outro episódio que pode ser entendido como resultado desse processo de aproximação foi impresso nas camisetas confeccionadas e vendidas para angariar recursos e também divulgar a Festa de Reinado de 2015. A frase dizia o seguinte: “Valorize o maior patrimônio cultural e religioso de

⁸ Os Encontros Regionais com os congadeiros, serão realizados em sete municípios mineiros, em data ainda por definir: Divinópolis, Machado, Montes Claros, **Santo Antônio do Monte**, São João Del Rei, Sete Lagoas e Uberlândia. Conforme documento oficial expedido do IPHAN/MG.

nossa cidade, ele faz parte da sua história e é seu!” Fica evidente através da palavra “patrimônio” que a congada, historicamente desprestigiada e relegada à marginalidade, possui um valor, e carece não somente ser valorizada pelos detentores e comunidade, mas que o poder público crie condições de preservação para que as futuras gerações possa ter acesso.

Pois bem, diante de todos esses avanços na construção de diálogos, de uma hora para outra há um silêncio, o Ministério da Cultura é extinto, e com ele todas expectativas de ver as congadas reconhecidas como patrimônio cultural imaterial. O grupo que havia se reerguido após diversas ausências e incertezas por parte dos órgãos institucionais de cultura (municipal e estadual), e que havia acreditado ser possível mudar os rumos de sua história, é mais uma vez obrigado a desmotivar-se e acreditar que o Estado não tem interesse em apoiá-lo. Na verdade, em termos políticos, volta-se a estaca zero, momento que remete a primeira reunião dos representantes do órgão, e que na ocasião a postura dos congadeiros era de total descredito com as políticas públicas de cultura.

Políticas públicas de cultura e a participação do poder público na gestão: o caso de Santo Antônio do Monte e Araújos.

O primeiro contato que estabeleci com os congadeiros de Santo Antônio do Monte partiu de um convite do presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, para que eu participasse de uma reunião com as presenças dos pesquisadores contratados pelo IPHAN e os detentores, cuja pauta era a realização de uma pesquisa sobre as congadas mineiras. O mais interessante ainda estava por vir. Antes do evento alguns participantes me perguntaram sobre o que seria a reunião, e de modo geral, expus, destacando que o instituto é um órgão público encarregado de criar ações destinadas à preservação e continuidade das práticas culturais de relevante valor afetivo para os grupos locais e, conseqüentemente, para o Brasil como um todo. Após isso, ouvi uma frase meio sussurrada saindo da plateia: “mas nós não aceitamos que o nosso reinado fique como o de Araújos!” Bom, inicialmente, eu senti que a frase soou como uma resistência à presença do IPHAN, por se tratar de um órgão público. A frase, se tornou uma questão a ser melhor investigada.

Após a reunião, abriu-se um espaço para os congadeiros se pronunciarem e sanar algumas dúvidas. O presidente da irmandade foi o primeiro a pedir a palavra, e sua observação foi em tom de desabafo, alegando que, durante muitos anos, os “órgãos públicos” gestores de cultura os procuraram para realizar estudos e pesquisas, e colher

dados sobre o reinado, fazendo uma série de promessas, e ao final dos trabalhos, nunca voltaram para mostrar seus resultados. É igualmente interessante, que, em sua fala, poder público dá a entender que é uma única coisa, não há distinção nítida se é municipal, estadual ou federal. O poder público trata a cultura com descaso. Depois, eu apurei que tais estudos tinham sido realizados pelo órgão de cultura do Estado de Minas Gerais. Como já expus no texto acima, no geral, a grande preocupação dos congadeiros era de que forma o IPHAN iria interferir na organização da festa de reinado. Foi por conseguir associar o desabafo do presidente com a frase que partiu da plateia, antes da reunião ter início, mais a grande questão que foi inerente aos detentores, que resolvi problematizar esse tópico.

Depois, em conversas e informações com alguns congadeiros e comunidade em geral, comecei a entender que havia uma diferença entre as festividades de reinado da cidade e aquelas que acontecem na cidade vizinha de Araújós. Ouvi queixas no seguinte sentido: “o reinado virou uma micareta, com trio elétrico, muita bagunça”. “Nós não queremos que aqui fique igual ao que findou o reinado de Araújós”. Mas o que havia contribuído para tal transformação, a ponto de causar tanta resistência por parte dos moradores e congadeiros? A resposta não demorou a vir. O fato é que, em Araújós, a organização do reinado está sob a responsabilidade do poder público municipal, transformando-o numa espécie de “espetáculo alegórico, contrastando com o sentido de missão” (COSTA, 2012. p. 63). Ao contrário do reinado de Santo Antônio do Monte, cuja organização, estrutura e promoção da festa ainda estão a cargo dos congadeiros e da comunidade. A prefeitura apoia, sem necessariamente ter o compromisso de realizá-la. Situações que são boas para pensar sobre o que é ser congadeiro⁹.

Por detrás das palavras, com ares de desaprovações proferidas pelos congadeiros, estão sentimentos bastante difundidos entre os devotos dos santos padroeiros, a fé e o sacrifício. Para eles o trabalho dedicado para homenageá-los é recompensado pelas graças alcançadas. A essência de existência da festa reside no fato de cada indivíduo se doar e oferecer o que pode. Na maior parte das vezes, as ofertas se dão em formas de serviços voluntários, sobretudo, nos almoços, jantares e outras ações promovidas na comunidade com o intuito de angariar fundos, e durante o reinado, nas preparações das refeições.

A espetacularização do reinado em Araújós

⁹ Nesse sentido, “o congadeiro é aquele que, além de dançar, trabalha para a produção da festa durante todo ano, vive e percebe a congada como uma tradição pela qual é responsável e têm uma relação de fé com a Santa do Rosário” (COSTA, 2010. p. 131).

Motivado pelas inquietações dos congadeiros acerca do reinado de Araújo¹⁰, fui observar, sem grandes pretensões, a sua festa. Mesmo que eu nunca tivesse ido à cidade, fiz questão de não pedir ajuda a qualquer informante local, fui sozinho. Era uma manhã de domingo, segundo dia de *reinado*. Ao chegar ao perímetro urbano, ainda distante do local dos festejos, em frente à igreja matriz, no centro, ouvi sons de tambores que pareciam vir de todos os cantos. Ao seguir caminho, logo percebi o quanto a cidade estava enfeitada de fitilho, muito brilho. Mais lembrava um céu estrelado com sol a pino. Não que em Santo Antônio do Monte não se usam enfeites, mas eles se restringem à ornamentação de locais estratégicos como o pátio do salão da irmandade, a frente da matriz, e frente às residências dos reis e rainhas congos e perpétuos, e festeiros.

Toda a festa se concentrava ao redor da igreja matriz cujo padroeiro é São Sebastião, embora algumas manifestações de louvor aos “santos pretos” estivessem acontecendo por toda cidade, principalmente, motivadas pelas visitas dos ternos. Montado em frente à matriz que estava enfeitada, havia um palco relativamente grande, destinado às apresentações das congadas, e uma tenda onde os festeiros recebiam as homenagens dos ternos após o oferecimento das refeições¹¹.

O artigo de Carvalho (2010) intitulado *Espetacularização e canibalização das culturas populares na América Latina* apresenta algumas questões que são cruciais para compreender o contexto em debate. Entre as reflexões apresentadas no texto, sobretudo no que se referem à espetacularização dos corpos, as comunidades afro-americanas têm sido as mais pressionadas a expor suas tradições para fins de consumo. Nesse sentido, o autor entende que a espetacularização das culturas populares é “uma operação típica da sociedade de massas, em que um evento, em geral de caráter ritual ou artístico, criado para atender a uma necessidade expressiva específica de um grupo e preservado e transmitido através de um circuito próprio, é transformado em espetáculo” (CARVALHO, 2010. p. 47).

Mesmo que as reflexões do autor fixem-se com maior ênfase sobre as manifestações populares que são capitaneadas por produtores culturais ou agentes do estado, com a finalidade de realizarem apresentações públicas ou privadas remuneradas,

¹⁰ Não vou ater-me na descrição do reinado da localidade. O propósito é mostrar algumas diferenças em relação à festa em Santo Antônio do Monte, e que seja possível refletir sobre a questão da gestão pública municipal na sua organização e, sobretudo o sentido de mais-valia presente na festa.

¹¹ Nas duas localidades, após as comensalidades, os ternos cantam para os reis festeiros em sinal de agradecimento, e para isso utilizam o palco.

penso que a realidade das congadas de Araújo, que integram os festejos do reinado também padecem das mesmas dinâmicas externas impostas pelo processo de espetacularização. O fato de os ternos de congadas não se apresentar em troca de um cachê, não os isenta de participação no processo de fetichização da mais-valia. Muito pelo contrário, além dos grupos de congadas não receberem qualquer contribuição do poder público municipal, ainda são utilizados pela grande mídia (televisão, rádio, internet e outros) como motivo de divulgação em massa do espetáculo, na região e nos estados vizinhos¹². É sob essa perspectiva que apresento a dinâmica da festa, embora preliminarmente, no qual seus organizadores usam os elementos tradicionais do reinado para transformá-la em um produto que seja lucrativo e consumido pelo público externo.

As congadas passaram de atividade principal e devocional do reinado a meros coadjuvantes do espetáculo urbano, o que motivou alguns grupos, principalmente os moçambiques, mais conscientes de suas origens étnico-religiosas, considerados por Costa (2012) “terno legítimo”, a não prestigiar o evento. Em outras palavras “a pressão por espetacularizar a tradição fez com que muitos grupos tradicionais fossem obrigados a conviver com o desrespeito à dimensão sagrada devocional das tradições que apresentam” (CARVALHO, 2010. p. 60).

Em uma das avenidas que ladeava a concentração dos ternos, havia inúmeros bares e restaurantes, vendendo bebidas e comidas, cada um tocando um gênero musical diferente, cujo repertório ia do axé, passando pelo *funk* até o forró. Esse tipo de entretenimento cuja finalidade está centrada apenas no mercado “é um dos pilares de nossa forma urbana de viver” (CARVALHO, 2004. p. 08). Esse cenário espetaculoso oriundo da indústria cultural e do entretenimento massificado acontecia simultaneamente às apresentações de agradecimento dos ternos na tenda. A outra avenida sediava uma feira a céu aberto, de proporções gigantescas, chegando a dois quilômetros de extensão. Nela, vendiam-se de quase tudo, desde produtos eletrônicos importados, brinquedos, utilidades domésticas, artigos religiosos, produtos de beleza, acessórios de couro, comidas e bebidas variadas¹³.

Como se não bastasse o espetáculo massificado na terra, nos ares era possível observar voos rasantes de helicópteros, que proporcionavam passeios para aqueles mais

¹² Mídia impressa para divulgação confeccionada em papel fotográfico ou couchê, composta de imagens em alta resolução (folder): Festa de Reinado em Araújo/MG.

¹³ Para mais detalhes sobre o comércio nos espaços festivos religiosos, ver Costa (2010).

abastados, e, diante de tantas fantasias e enfeites, o que menos os chamavam a atenção eram os ternos de congadas com seus bailados, músicas e devoções.

As características mencionadas anteriormente sugerem a existência de duas festas: tradicional e profissional, com uma sobreposição de poder econômico e ideológico desta sobre a primeira. Ou seja, a festa profissional, enquadrada na lógica de mercado contribui para a geração e circulação de lucro: as locações das barracas da feira, o patrocínio de grandes marcas de bebidas, a realização de shows etc. Em contrapartida, a festa tradicional, voltada para a perpetuação dos sentidos devocionais e símbolo de resistência das comunidades negras, é apreendida apenas como discurso para promover a espetacularização do evento e como produto a ser vendido/consumido. “Agora terá seu sentido geral direcionado para fins de entreter um sujeito consumidor dissociado do processo criador daquela tradição” (CARVALHO, 2010. p. 48).

Os apelos imagéticos e fetichizados impostos pela indústria do espetáculo ofuscam por completo o ritual contido e devocional das congadas, o que só contribui para relegá-las a papéis secundários. No entanto, embora o espetáculo não seja visto por alguns congadeiros e devotos de Nossa Senhora do Rosário, como algo positivo há aqueles, muitos de origem branca, que participam e gostam do espetáculo. E foi justamente o que percebi nas minhas incipientes observações de campo: havia um número bastante reduzido de ternos compostos por pessoas negras se apresentando no domingo de reinado em Araújo.

As reflexões de Costa (2010) ajudam a compreender melhor esse contexto. Para tanto ela se pergunta se todo dançador é congadeiro, e se todo dançador é devoto. A partir das observações realizadas com as congadas de Catalão/GO, a autora conclui que “nem todo dançador tem envolvimento com as congadas durante todo ano e nem com a produção da festa. Muitos dançam por “acharem bonito”, sem uma relação de fé ou uma tradição familiar, o que mostra uma característica do espetáculo” (COSTA, 2010. p. 131).

Embora os dados etnográficos produzidos em Araújo apresentem indícios de um significativo processo de espetacularização do reinado, infelizmente, não é um caso isolado¹⁴. Partindo do pressuposto que a indústria do espetáculo se apropria das tradições populares e as transforma em lucro para entreter e distrair os olhares, “no momento

¹⁴ Para 2016, durante o período festivo e de louvor à Virgem do Rosário que de julho a novembro, realizarei algumas visitas a outros municípios da região como intuito de observar semelhanças e diferenças quanto à organização da festa.

presente, uma grande parte da cultura popular sofre uma pressão sem precedentes para ser espetacularizada” (CARVALHO, 2010. p. 47).

A reflexão do autor fez-me lembrar de um episódio que presenciei durante uma reunião realizada com as presenças da técnica do IPHAN, responsável pelo processo de condução da política de patrimonialização das congadas de mineiras, os secretários e o prefeito de Santo Antônio do Monte. Na ocasião, o chefe do município fez questão de enfatizar que festa de reinado movimentava o comércio e aquecia o turismo local (mesmo que na cidade não haja qualquer atrativo turístico). Tais palavras sinalizaram veemente a valorização do caráter exterior do evento visando apenas o lucro, não havendo qualquer preocupação com as dinâmicas de preservação internas dos ternos de congadas. Em contrapartida, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, instituição responsável e organizadora do reinado resiste ao máximo a qualquer interferência externa, que descaracterize o sentido sagrado e devocional da festa.

Penso que os sentidos de sagrado e devocional das congadas perpassam pela categoria tempo. O tempo das culturas populares é diferente do tempo institucional racionalizado e burocrático do Estado, e podem ser observado tanto no que diz respeito à comercialização da festa, como na logística das visitas que os grupos realizam, que são minuciosamente cronometradas pela equipe organizadora. O tempo racional “tenta enquadrar, pela via da forma, um processo cultural que possui sua lógica própria, cara aos sujeitos que o produzem” (CARVALHO, 2010. p. 48).

Considerações Finais

Em resumo, mesmo que as conclusões sejam preliminares há, sim, diferenças marcantes entre as festas de reinado existentes nas duas cidades, sobretudo se tomar com viés conceitual o fenômeno da espetacularização. O fato é que não me demorei a percebê-las, apenas algumas horas de pesquisa exploratória foram suficientes para compreender os motivos pelos quais os congadeiros de Santo Antônio do Monte oferecem tamanha resistência em entregar a organização da festa ao poder público, seja ele qual for, municipal, estadual e federal. Temem, sobretudo, que a festa se transforme numa espécie de carnaval, e que as congadas e seus ternos se tornem meros assessórios de alegoria diante do cenário consentido pelo Estado. A congada torna-se, assim, “mais uma apresentação ou um espetáculo do que uma demonstração de fé” (COSTA, 2012. p. 63).

Escrever sobre as nuances do reinado e suas representações, mas especificamente pensando o recorte das políticas públicas de preservação da cultura imaterial, tem se

mostrado para mim um exercício cognitivo que exige muita sutileza e cuidado. A cada reflexão produzida sobre o tema surgem novas ideias e impulso para continuar a desvendar suas toadas.

O tema da mobilização social entre o poder público e os congadeiros, imprescindível no campo do processo de patrimonialização tem sido uma das vertentes transversais aos festejos, em homenagem à virgem do Rosário que mais tem instigado, e se apresenta com mais evidência. A ideia de envolver os principais atores no processo através de troca de diálogos, se conduzido com o devido cuidado e atenção gera produção de conhecimento e fortalece o senso de pertencimento, essencial na manutenção das congadas. Por outro lado, após acompanhar a evolução das negociações, e da mesma forma perceber sua descontinuidade, causa-me sensação de impotência. Não somente a mim enquanto pesquisador, mas aos detentores que foram de certa forma a criarem expectativas.

Mesmo que a as reflexões acerca da inserção do poder público na organização do reinado, especificamente no contexto da cidade de Araújos, possa parecer um problema, sobretudo, na visão de alguns congadeiros e devotos, penso que se trata de terreno fértil para aprofundamentos futuros. E é o que pretendo explorar a partir de então.

Referências Bibliográficas

CASCUDO, Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Global, 2010.

CARVALHO, José Jorge de. **Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria de entretenimento**. In: LONDRES, Cecília (et. al.) *Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas*. Rio de Janeiro: Funarte/ Iphan/CNFCP, pp. 65-83, 2004.

_____. ‘Espetacularização’ e ‘canibalização’ das culturas populares na América latina. In: **Revista Antropológicas**. Recife, ano 14. v. 21, p. 39-76, 2010.

COSTA, Carmem Lúcia. **Cultura, religiosidade e comércio na cidade: a Festa em louvor à Nossa Senhora do Rosário em Catalão – Goiás**. 230 fl. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. **As raízes da Congada: a renovação do presente pelos Filhos do Rosário**. Curitiba: Appris, 2012.

BEZERRA, Jocasta Holanda; WEYNE, Raquel Gadelha. Políticas Culturais no Brasil Contemporâneo: percursos e desafios. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS, 2013, Rio de Janeiro. Anais (on line). Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2013. Disponível em:

<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Jocasta-Holanda-Bezerra-et-alii.pdf>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2016.

BORGES, Eloisa. **Os devotos do Rosário**: devoção e promessa na Festa do Rosário de Santo Antônio do Monte. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

IPHAN. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois**: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

_____. IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/228>. Acesso em 14 de fevereiro de 2016.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural: O Novo Decreto para a Proteção dos bens imateriais. In: **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 147, p. 23-28.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Governo Lula. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas Culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 09-24.

_____. Políticas Culturais nos primeiro governo Dilma: patamar de rebaixamento. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Orgs.). **Políticas Culturais nos primeiro governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 11-32.

SOTO, Cecília ET AL. Políticas Públicas de cultura: os mecanismos de participação social in RUBIM, Albino Canelas (Org.). **Políticas Culturais no governo Lula**. Salvador: EdUFBA, 2010. p. 25-47.

VANNUCCHI, Aldo. **Cultura brasileira**: o que é, como se faz. 2 ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1999.

VILARINO, Marcelo de Andrade. D'África ao Brasil: elementos hi[e]stóricos conformadores e estruturantes do congado belo-horizontino. In: PEREZ, Léa Freitas. et ali. (Orgs.). **Variações sobre o Reinado**: um rosário de experiências em louvor a Maria. Porto Alegre: Ed. Medianiz, 2014. p. 83-100.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão**: o movimento folclórico brasileiro -1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.